

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA EM XEQUE MATE

Valena Ribeiro Garcia Ramos

Professora de Sociologia do CEFET/RJ. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Concluiu o Doutorado e o Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA/UFF). Possui licenciatura e bacharelado em ciências sociais pela UFF.

Resumo: Considerando os conflitos de classes, o presente ensaio analisa os impactos das políticas sociais e econômicas propostas pelo Estado, durante a pandemia do COVID-19, para a classe trabalhadora brasileira, demonstrando como as consequências econômicas serão desiguais entre as frações da burguesia e da classe trabalhadora. Havendo, por um lado, uma tendência de favorecimento dos diferentes setores da burguesia através de desonerações fiscais e transferência de recursos públicos. Por outro, de aprofundamento da perda de direitos, exploração e precarização, bem com o aprofundamento do empobrecimento da classe trabalhadora em geral.

Palavras-chave: Estado, Pandemia, Conflitos, Classe Trabalhadora e Burguesia.

Coronavirus pandemic (COVID-19) and the Brazilian working class in checkmate.

Abstract: Considering class conflicts, this essay analyzes the impacts of the social and economic policies proposed by the State, during the COVID-19 pandemic, for the Brazilian working class, demonstrating how the economic consequences will be unequal between the fractions of the bourgeoisie and the class worker. On the one hand, there is a tendency to favor the different sectors of the bourgeoisie through tax breaks and the transfer of public resources. On the other, deepening the loss of rights, exploitation and precariousness, as well as deepening the impoverishment of the working class in general.

Keywords: State, Pandemic, Conflicts, Working Class and Bourgeoisie.

Introdução.

Em novembro de 2019, o mundo foi surpreendido com a notícia de uma epidemia no principal centro econômico na China, cidade de Wuhan. Em um mês, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anuncia a pandemia de corona vírus (COVID-19). No atual panorama internacional, até a primeira semana de abril, ou seja, em três meses depois do primeiro epicentro da doença, temos 1.412.103 casos espalhados em 184 países, atingindo o total de 81.103 óbitos, segundo mapa publicado pela Johns Hopkins University e Medicine.

Conforme tabela a seguir elaborada a partir do mapa mencionado, observa-se que os países das economias centrais e principais centros de poder estatal lideram o quantitativo de casos confirmados e óbitos, tendo suas atividades econômicas parcialmente paralisadas em consequência do isolamento social, e estão vivendo uma crise na saúde pública e econômica:

A partir dos estudos e documentos da OMS¹, verifica-se que o alerta acerca das possibilidades de pandemias ocasionadas por novos vírus da gripe, como a atual provocada pelo COVID-19, não é uma novidade. Assim sendo, os Estados-Nacionais estavam caminhando no sentido contrário a tais recomendações, quando sinalizavam para uma política de austeridade, incluindo a retirada de verbas do setor da saúde pública.

Considerando a cronologia a seguir, observa-se um ciclo de pandemias nos séculos XX e XXI que levaram a morte um quantitativo significativo da população mundial, com potencial de desarticulação da produção e circulação de mercadorias e adoecimento da força de trabalho a nível global. Segundo o Centers for Disease Control and Prevention (CDC) localizado nos EUA, a Gripe espanhola em 1918 propagada pelo novo vírus influenza A provocou na época uma crise de saúde pública, diante da ausência de vacina e de tratamento, levando a morte de 50 milhões de pessoas no mundo. Ocorrido no contexto da primeira grande guerra mundial, os principais atingidos foram jovens saudáveis combatentes, alastrando-se depois para a população em geral. Na década de 1930, pesquisadores da Universidade de Michigan, com o apoio do Exército dos EUA, desenvolvem a primeira vacina contra a gripe em ovos de galinha fertilizados, sendo esse o principal método usado atualmente para produzir vacinas contra a gripe.

Ainda com base nos dados do CDC, em 1940 é descoberto o vírus da gripe B, e dois anos depois surge uma vacina para os vírus influenza A e B, possível a partir da descoberta

¹ Ver o documento Preparación para una gripe pandémica Marco para el intercambio de virus gripales y el acceso a las vacunas y otros beneficios, publicado pela OMS, em 2011. In. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44867/9789243503080_spa.pdf;jsessionid=5A91D146CEC94DE6785483F436C2313D?sequence=1

do vírus da gripe B, e só licenciada para o uso na população em 1945. Em 1944, as pesquisas levaram ao cultivo dos vírus fora do corpo, permitindo o diagnóstico a partir de secreções respiratórias. Em 1947, surge nova epidemia da gripe, e os pesquisadores identificam uma mudança na composição antigênica do vírus influenza, e as vacinas se tornam ineficazes. Diante disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Instituto Nacional de Pesquisa Médica em Londres desenvolvem métodos para o diagnóstico laboratorial de infecções por vírus influenza, estabelecem uma rede de laboratórios e disseminam dados acumulados em suas investigações. O Sistema Global de Vigilância e Resposta à Gripe (GISRS) foi criado pela OMS em 1952 para monitorar a evolução dos vírus influenza, originalmente incluindo 26 laboratórios. Em 1957, surge novo vírus da gripe H2N2, conhecida como gripe asiática, desencadeando uma pandemia com cerca de 1,1 milhão mortes em todo o mundo.

De acordo com o CDC, em 1960 com novo surto na África do Sul, aumenta a possibilidade de aves silvestres serem reservatórios para os vírus influenza A. O pesquisador HG Pereira e seus colegas apontam uma relação entre os vírus da gripe aviária e humana, depois outro estudo demonstra uma relação antigênica entre o vírus a pandemia humana A de 1957 e o vírus da influenza A isolado de um peru, descartando contaminação entre humanos e animais. Em 1968, novo vírus da influenza H3N2 surge para desencadear outra pandemia, chamada de gripe de Hong Kong, resultando 1 milhão de mortes no mundo, atingindo prioritariamente pessoas com 65 anos ou mais. Comprova-se que, os vírus H3N2 que circulam hoje são descendentes do vírus H3N2 que surge em 1968. Os estudos levantam sempre a questão se os vírus da influenza humana são de origem animal, ou origina-se do processo de transmissão entre humanos.

Na década de 1990, o vírus H5N1 da gripe aviária é isolado pela primeira vez em um ganso de criação na China, e a primeira infecção humana pelo vírus da influenza aviária A H5N1 é identificada em Hong Kong. Em 1998, inicia-se a vigilância do vírus influenza em suínos, conduzida pelo Departamento de Agricultura dos EUA, descobrindo um vírus híbrido de vírus da gripe humana, de aves e suínos em porcos, sendo ele o vírus da gripe dominante em porcos dos EUA em 1999. No final da década, a OMS publica uma estrutura de planejamento de combate às pandemias através de planos de emergência, de pesquisa e vigilância da gripe, e de produção e distribuição de vacinas e medicamentos antivirais, sendo os inibidores da neuraminidase oseltamivir (Tamiflu®) e zanamivir (Relenza®) licenciados para tratar a infecção por influenza.

Em 2003 reaparece o vírus da influenza aviária H5N1 na China e no Vietnã, e novo alerta é dado pelas organizações de saúde pública. Em 2005, realiza-se a sequenciamento

completo do genoma do vírus da influenza H1N1, que ocasionou a gripe espanhola em 1918. Nesse período, as associações de saúde pública e veterinárias ampliam os esforços para estabelecer uma referência que orientem a saúde para pessoas, animais e o meio ambiente. Em abril de 2009, o novo vírus H1N1 é detectado nos EUA e, pouco menos de dois meses, OMS declara emergência devido à nova pandemia de H1N1 (chamada inicialmente de gripe suína) que dura pouca mais de um ano, e pode ter provocado à morte de meio milhão de pessoas, estimativa feita a partir da revisão da estatística. O próprio CDC vinha trabalhando no isolamento e produção de novo vírus visando à produção de vacina para os vírus influenza. Em 2009, utiliza-se a vacina contra vírus H1N1. Ainda que, os pesquisadores do CDC identifiquem poucos casos de transmissão do vírus da gripe suína entre animais e pessoas, eles afirmam que a maioria dos casos decorre da transmissão entre humanos, concluindo que a pandemia de 2009 se referia à propagação do H1N1.

Considerando as principais pandemias, epidemias e surtos ocorridos nas últimas décadas do século atual e do anterior, é necessário indagar quais fatores biológicos e sociais favorecem os próprios ciclos pandêmicos. Primeiro, estariam relacionados ao modelo de desenvolvimento da economia capitalista, como, por exemplo, ao agrocapitalismo que se volta para a produção de rebanhos em massa e de alimentos modificados geneticamente. Segundo, estariam vinculados às próprias políticas de prevenção antipandêmicas que incluem pesquisas que visam tanto manipulação quanto intercâmbio genético entre os principais vírus, com objetivo de produzir vacinas polivalentes, e desse processo poderiam surgir novos vírus. Terceiro, seriam resultado de processos aleatórios da própria natureza que facilitariam as mutações. Nesse último caso, quais seriam os fatores ambientais facilitadores de processo de mutação.

Na maioria das vezes, essas hipóteses são aventadas pelos cientistas, mas prevalece à terceira, isto é, a tese da aleatoriedade, da causa natural. O predomínio dessa perspectiva tem resultado na ausência de respostas mais precisas acerca da origem dos vírus, acentuando, portanto, as dificuldades de controle desse grave problema ambiental², portanto, dos próprios ciclos pandêmicos. Além disso, não se coloca em questão a relação entre política de controle e prevenção pandêmica e as estruturas de poder político, militar e

² Ver artigo da revista **Virology Journal** com o título From where did the 2009 'swine-origin' influenza A virus (H1N1) emerge?, publicada em 2009. In. Gibbs, A.J., Armstrong, J.S. & Downie, J.C. From where did the 2009 'swine-origin' influenza A virus (H1N1) emerge?. *Virol J* 6, 207 (2009). <https://doi.org/10.1186/1743-422X-6-207>.

econômico existentes, que estão inter-relacionadas, e vinculadas aos Estados e Organizações Econômicas.

As investigações científicas em torno da origem do COVID-19 reacendem esse debate e traz à tona a pertinência de tais indagações e posteriores investigações. No debate presente no campo científico, as hipóteses estão orientadas a partir de três questões centrais que permanecem, sendo elas: 1) a possibilidade do vírus ter sido resultado dos riscos de uma manipulação laboratorial e do intercambio genético entre vírus, incluindo aqui tanto os acidentes quanto o uso desses agentes como arma; 2) originado por meio de uma seleção natural em hospedeiro animal, antes da transmissão para humanos (zoonose); e, por último, resultado de uma seleção natural entre humanos após transmissão zoonótica. Dentre essas possíveis origens, os setores da comunidade científica têm investindo em narrativas próximas as hipóteses dois e três, desconsiderando a primeira hipótese. Mas uma vez, a negação da primeira hipótese e as inconclusões acerca da origem do vírus dificultam o controle da pandemia.

No entanto, a primeira hipótese vem sendo apropriada pelos setores da extrema direita para difundir a polarização direita versus esquerda e do risco do comunismo para humanidade, numa reedição fantasmagórica da guerra fria, em tom alarmista e conspiratório, cujos porta-vozes mais radicais desse discurso são o presidente do Brasil Jair Bolsonaro e a sua família e militantes bolsonaristas.

Esse discurso pode estar caindo em descrédito, ou mesmo encontra-se numa disputa de narrativa entre os grupos políticos. No entanto, aquela narrativa só contribui para o esvaziamento do questionamento sobre o papel dos principais centros de pesquisas e laboratórios de biotecnologia vinculados tanto a indústria farmacêutica, quanto aos organismos multilaterais e aos países centrais, no desenvolvimento de biotecnologia e na produção de agentes patogênicos; bem como nos usos políticos, econômicos e militares que poderiam ser realizados no mundo. Por fim, o impacto dos interesses desses setores sobre o sistema de saúde pública e meio ambiente.

Associada as hipóteses que orientam o debate sobre as pandemias, vem sendo apontado por pesquisadores, como Mike Davis (2020) que os riscos de pandemias aumentam com o agrocapitalismo (destaca-se a produção em larga escala voltada para consumo de animais, aves e porcos, por exemplo), o sucateamento dos serviços de saúde pública, e os mecanismos de controle da indústria farmacêutica mundial. Continua o autor afirmando que, os oligopólios formados pelas corporações farmacêuticas e de biotecnologia em parceria com os países centrais (EUA e UEE) vem impondo barreiras à importação e ao

desenvolvimento da biotecnologia pelos demais países, contribuindo para as dificuldades de controle das pandemias e epidemias. Somando a isso, o fato de os investimentos mais lucrativos do setor farmacêutico se concentrarem em medicamentos tranquilizantes, para impotência masculina e coração, e menos em medicamentos para cura e vacinas voltada à prevenção de doenças de origem virais.

No entanto, a atuação desses setores não se limita apenas à área de produção de medicamentos, fazendo investimentos expressivos em fontes “energéticas alternativas” à indústria do petróleo (os biocombustíveis) e na agricultura de produção de alimentos geneticamente modificados e de rebanhos em massa.

Nesse sentido, fazem-se necessárias investigações científicas interdisciplinares sobre os impactos e os riscos que os investimentos expressivos desse setor em biotecnologia e o intercâmbio de agentes patogênicos podem trazer para a saúde pública e o meio ambiente em geral, e as possíveis conexões com o controle das pandemias e dos impactos ambientais.

Aspectos ecológicos e sociológicos da pandemia no Brasil.

Até a primeira semana de abril, o Brasil encontrava-se na 14ª posição em números absolutos de contagiados, com 13.717 casos confirmados e 667 óbitos³. Os estudos epidemiológicos do Ministério da Saúde (MS) apresentam como cenário mais provável que, em três meses serão 40 mil mortos. A partir dos dados disponíveis pela Universidade Johns Hopkins, é possível apontar que, em um mês e meio de pandemia no Brasil pode-se totalizar 16 mil óbitos, considerando uma taxa de mortalidade em torno 3,45 %, obtida a partir de dados oficiais. Esse quadro é o mais provável, podendo sofrer alterações consideráveis em detrimento da subnotificação dos casos de contágio e óbito, diante da ausência de testagem em massa da população. Ou ainda, em função das medidas de controle sanitário e de isolamento social, adotadas pelo Estado e governos locais para mitigar os efeitos de propagação.

A crise social e de saúde pública provocada pela pandemia caracteriza-se por dois fatores centrais, um deles de dimensão natural/biológica e o outro corresponde aos aspectos macrossociológicos, estando eles inter-relacionados, e que serão apontados a seguir.

Primeiro é relativo ao próprio caráter patogênico do vírus e a impossibilidade de se encontrar em curto período de tempo uma vacina ou tratamento para os indivíduos acometidos pela doença. O COVID-19 apresenta uma capacidade contágio rápido,

³ Ver mapa mundial com dados acerca do contágio e números de óbitos. <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

tornando-se por isso perigoso, e não pela sua letalidade que é relativamente baixa quando comparada com outras doenças patogênicas (MERS, Ebola e outras).

O risco está nas próximas características do novo vírus, em especial na sua capacidade de interação com as células vivas do corpo humano, tornando-se facilmente um hospedeiro e, posteriormente, atacando células normais e saudáveis do corpo humano a ponto de provocar uma reação desenfreada do sistema imunológico, comparada à atividade do vírus HIV 1 no organismo. Isto é, o vírus pode levar o ataque severo às células saudáveis do organismo, podendo ter como destino pulmões, rins, intestinos e baço, ainda que sejam mais comuns, os casos de falência dos pulmões, por conta da própria composição celular desse órgão. No entanto, os danos causados aos pulmões pelo vírus podem ser irreversíveis, uma vez que geram fibromas. Associado a isto tudo e por se tratar de um novo vírus, as populações se tornam mais vulneráveis a sua propagação e letalidade devido à ausência de anticorpos.

Por fim, a adaptação em meios ambientes e climas diferentes tem se mostrado versátil, mesmo que não se possa afirmar claramente que o vírus sofreu mutações significativas. Nesse sentido, alegações de que ele seria mais agressivo em países de clima frio e temperado e com uma composição etária mais velha, e menos em países tropicais, como, por exemplo, o Brasil, não podem ser adotadas como parâmetros para justificar a adoção de medidas menos rígidas de controle sanitário, subestimando o seu impacto.

Principalmente, porque existem vinculados às características patogênicas da pandemia os fatores sociais de vulnerabilidade presentes em países de baixo desenvolvimento humano e frágil proteção social. Podendo destacar, dentre eles, as moradias urbanas precárias em locais de alta densidade populacional e de pobreza, sem saneamento e infraestrutura básica, que estão ausentes nos países europeus, os principais atingidos até o momento, mas que podem se tornar condições perfeitas para uma carnificina dos mais pobres.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, em 2018 havia 25,3% da população brasileira em situação de pobreza, isto é, com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia, vivendo aproximadamente com R\$ 420 mensais, critério definido de pobreza pelo Banco Mundial (BM) para o Brasil. Isso corresponde a cerca de 40% do salário mínimo vigente em 2018. Em números absolutos, 52,5 milhões de pessoas

⁴ Ver o documento síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira do IBGE. In. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

estão nessa situação, que correspondem aproximadamente um quarto da população brasileira. Compondo esse universo, estão os 38,5% de trabalhadores familiares auxiliares, isto é, de pessoas que contribuem e ajudam outros familiares no desempenho de suas ocupações ou pequenos empreendimentos econômicos; 24,2% de trabalhadores domésticos; 23,4% de empregados sem carteira de trabalho assinada; 19,9% de trabalhadores por conta própria e 7,6 de empregados com carteira de trabalho assinada. A partir desse cenário, observa-se uma relação entre informalidade e pobreza. Essa situação atinge mais as mulheres pretas, sendo o fator racial um condicionante.

Considerando, ainda os dados do IBGE, há também uma forte correlação entre pobreza monetária e precariedades nas condições de moradia. A primeira inadequação dos domicílios de pessoas em condição de pobreza se refere à ausência de banheiro de uso exclusivo para os moradores, atingindo 8,5% dela em comparação aos 2,8% da população em geral. A segunda corresponde aos materiais não duráveis utilizados na construção das residências. O terceiro tem a ver com o adensamento domiciliar excessivo, ou seja, quando no domicílio tem mais de três moradores utilizando o mesmo cômodo como dormitório. Essa situação compreende 14,5% dos pobres e 5,6% da população em geral. Por último, estão os gastos com aluguel, que se iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar. Nessa condição estão 28,0% da população em geral e 56,2% da população pobre. O quarto diz respeito à ausência de abastecimento de água por rede, 15,1% da população em geral e 25,8% das residências dos pobres não têm esse recurso. O esgotamento sanitário por rede coletora é o serviço mais restrito, não estando disponível, em 2018, para 35,7% da população em geral, e 56,2% para os pobres.

Atualmente, no Brasil observa-se quanto aos dados sobre rendimentos, informalidade e desemprego, ainda tomando como referência o IBGE, que em 2018 47,1% dos trabalhadores possuíam vínculo formal de trabalho. Em contrapartida, a maioria encontra-se em condições desfavoráveis ocasionadas pela informalidade, sendo que 25,4% trabalhavam por conta própria, e 20,1% estavam empregados sem vínculos. Isto é, uma parcela significativa da classe trabalhadora brasileira não tem acesso a nenhum tipo de proteção social proporcionada por conta do vínculo formal de emprego, e também a um rendimento mínimo regular. Acerca do rendimento médio da classe trabalhadora, os mais baixos estão entre os empregados domésticos (R\$ 878) e os empregados sem carteira de trabalho assinada (R\$ 1.237), os últimos recebem em torno de 58,4% do rendimento dos trabalhadores formais. Quanto à distribuição da classe trabalhadora por setor da economia, 70,6 % atuam no comércio e serviços, enquanto 20,1% na indústria e 9,2% na agropecuária.

As condições expostas acima se constituem em fatores socioambientais particulares da realidade brasileira que poderão se materializar em condições perfeitas para a propagação do vírus e acometimento das populações mais empobrecidas, bem como de acentuação dos impactos da pandemia, num quadro de crise econômica e de saúde pública. Não apenas os trabalhadores informais e os mais pobres serão imediatamente atingidos, mas também aqueles que possuem vínculo formal com setores de produção e distribuição de produtos não essenciais no período de pandemia. Isso considerando que, os setores de serviços e comércio são os que mais empregam e concentram mais de 70% da força de trabalho, representando uma participação relativa 73,3% do Produto Interno Bruto.

Como consequência, haverá uma queda significativa do rendimento das famílias da classe trabalhadora, e uma tendência ao aumento do desemprego, da pobreza, da fome e dos despejos. Sendo que, neste contexto, não ocorrerá o mesmo de outros momentos de crise econômica, onde ocorre um aumento da informalidade em detrimento das perdas de postos de emprego e como fonte de renda alternativa ao desemprego.

Continuando a expor a conexão do segundo fator com o primeiro, o cenário de pandemia provoca um aumento progressivo da demanda de tratamento médico e a pressão sobre o sistema público de saúde que, hoje é insuficiente para dar respostas, porque vem sofrendo consequências de uma lógica privatista e mercantilista posta em curso há décadas (durante 30 anos), e que levou ao seu sucateamento. Atualmente, nenhum sistema saúde do mundo encontra-se preparado para atender aos casos graves da doença, que exigem tratamento em unidade intensiva de cuidado médico, sem investimento e ampliação estatal do setor da saúde.

Dentre os vários aspectos de sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), Santos (2019) ressalta que o financiamento federal para saúde permaneceu entre 1/3 e 1/2 do que foi inicialmente determinado na Constituição, ficando o gasto federal mantido por volta de 1,7% do PIB que, juntado ao dos Municípios e Estados, acaba totalizando entre 3,6 e 3,9% do PIB, muito inferior aos 7% a 8% aplicados melhores sistemas públicos de saúde no mundo. Em 2016, ocorreram dois acontecimentos de redução dos recursos da saúde. Primeiro, a aprovação da EC 95/2016 no Congresso Nacional, que reduzindo a correção anual do financiamento federal da área social, inclusive do SUS, diminuiu o crescimento real de investimentos à zero, quando substituiu o piso associado à evolução da receita pública pelo teto vinculado à inflação do ano anterior. Segundo, o veto presidencial ao artigo da LDO/2016, permitindo uma queda entre R\$ 8 e 14 bilhões no orçamento do SUS de 2015 para 2016.

Além disso, somam-se ao baixo financiamento do setor da saúde pública, a insuficiência de unidades de tratamento intensivo (UTIs) nos grandes e pequenos centros urbanos, a ausência de profissionais treinados para enfrentar pandemias com o grau de gravidade apresentado, os baixos salários e as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais da área, destacando, a falta de equipamentos de segurança.

No caso do Brasil, o clima tropical não “nos salvará” da rápida propagação do vírus e muito menos dos efeitos deletérios da pandemia. Apesar do clima quente, temos contra nós os aspectos socioeconômicos elencados anteriormente. Somos uma sociedade marcada por uma extrema desigualdade social e uma profunda lógica de exploração da classe trabalhadora, que vem se intensificando a cada década com as políticas neoliberais adotadas pelos últimos governos, até mesmo os considerados de esquerda e progressista (PSDB/PMDB e PT/PMDB), (PSDB/PMDB e PT/PMDB). Hoje ainda mais acentuado, com as perspectivas ultraliberal do governo Bolsonaro, que resultou no aprofundamento das reformas trabalhistas e previdenciárias e nos cortes de verbas para setores sociais como saúde e educação, e *neofascistas* que evidenciam por uma prática colonialista e um discurso de ódio marcado pelo profundo desejo de submissão e subtração do outro, desumanizando uma parcela considerável da sociedade, os mais pobres e os opositores políticos.

A pandemia provocou uma paralisação parcial da economia mundial, limitando o processo de produção e circulação de mercadorias e de acumulação de capitais, o adoecimento e óbito em massa e o estrangulamento dos sistemas de saúde em escala global. Assim sendo, os principais estadistas do mundo começaram a promover medidas parciais de geração de renda, seguridade social e financiamento público aos diferentes setores econômicos, visando evitar o colapso do sistema capitalista.

Esse reordenamento das políticas de austeridade e neoliberais, através do endividamento estatal e da ampliação dos direitos sociais para os mais pobres e socorro aos ricos (setores econômicos atingidos e essenciais), tem como intuito de frear os efeitos sociais e políticos que uma recessão econômica pode provocar, como, por exemplo, o aumento do desemprego, da fome, da miséria e da violência. Ainda mais, conter possíveis manifestações de resistência das classes trabalhadoras que podem desencadear em saques, boicotes, piquetes, desobediência civil, manifestações e greves; ou mesmo, as revoltas prolongadas, como expressões mais organizadas de descontentamento que podem ocasionar fissuras no sistema.

Os efeitos nefastos da pandemia para classe trabalhadora no Brasil.

A cúpula do Estado brasileiro foi obrigada a seguir na mesma direção apontada anteriormente pelos países centrais promovendo o aumento do investimento em saúde pública, a ampliação da transferência de renda para os mais pobres, e o financiamento e a desoneração fiscal para a burguesia. Mas esse reordenamento pode não representar em longo prazo um esgotamento da política neoliberal nem aqui e nem no mundo. E, os efeitos da pandemia afetarão de forma desigual tanto a classe trabalhadora quanto a burguesia, impondo novas dinâmicas à *luta de classe*, e exigindo da própria classe trabalhadora um olhar crítico sobre o contexto atual com intuito de construir novos caminhos de organização e luta, em tempos de pandemia.

As medidas de “proteção ao emprego” que foram promovidas pelo Estado contribuem para a flexibilização das relações de trabalho, através da redução de jornada e dos salários e da suspensão de contratos de trabalho, dando a licença aos patrões dos setores econômicos mais atingidos para realizar demissões em massa, aprofundando assim, para uma parcela dos trabalhadores as reformas trabalhistas anteriores. Enquanto, as políticas de transferência de renda aos trabalhadores informais são ineficazes para assegurar a sua sobrevivência e de seus familiares, deixando de recompor a renda anterior.

Ao mesmo tempo, os setores da classe trabalhadora vinculados aos serviços classificados pelo Estado como essenciais, (trabalhadores de farmácias, supermercados, de tecnologias, aplicativos e software como Uber, 99, *iFood* e *Rappi*, dos serviços de saúde e do transporte urbano) estão sendo, em tempos de crise, submetidos a jornadas mais intensas de trabalho e aos baixos salários e riscos de contágio devido à ausência de equipamentos de segurança, aumento a sua situação de exploração.

Enquanto, a burguesia dos setores como do turismo, entretenimento e lazer, da indústria de transformação (têxtil/vestuário/acessório, automotivo, eletro e eletrônicos) e do comércio e serviços em geral (bares e restaurantes, companhia áreas e transportes interestaduais) serão os mais atingidos e terão queda nas suas taxas de acumulação com a desaceleração do consumo. Os setores da burguesia considerados essenciais, isto é, aqueles ligados à produção, distribuição e ao consumo de gêneros alimentícios, higiênicos, farmacêuticos/hospitalares, aos serviços de segurança e hospitalares, aos transportes urbanos, aos de tecnologias e aplicativos e ao sistema financeiro terão não apenas o seu faturamento garantido, mas aumentaram seus lucros; sendo que a maioria será ainda beneficiada com desonerações fiscais e subsídios estatais, havendo para eles oportunidade na crise e na tragédia social.

As medidas econômicas tendem a favorecer grupos econômicos que já controlam as riquezas no mundo, fortalecendo, por exemplo, os oligopólios da indústria farmacêutica, que em detrimento das empresas brasileiras serão beneficiados com a redução das alíquotas de importação, sem nenhum de controle sobre os preços; ou ainda, o sistema financeiro em geral que receberá recursos públicos e terá as suas operações de crédito facilitadas. Os sistemas privados de saúde serão favorecidos com recursos públicos a juros baixos para compra e ampliação das unidades médicas, também sem contrapartida para a sociedade em geral, sendo os benefícios voltados apenas para os segurados. As empresas de pequeno e médio também receberão ajuda do Estado praticamente sem contrapartida, com exceção do financiamento para pagamento de folha de funcionário, que proibi a demissão de empregados. As demais medidas facilitam a redução de salário e jornada de trabalho e as suspensões de contrato, através do acesso ao seguro-desemprego que não irá repor as perdas salariais. Ao contrário, o trabalhador poderá ter uma redução entre 20 e 50 por cento do seu salário.

Os conflitos de classes sociais podem muitas vezes permear as polêmicas que alimentam a pequena política (a institucional), no sentido elaborado por Dreyfus (1981), e a fragmentação da sociedade brasileira entre o *bolsonarismo* e o *antibolsonarismo*. Ou mesmo, representar as disputas internas do aparato estatal e da condução cotidiana da política institucional pelo campo político hegemônico, o liberal, entendido no sentido mais amplo, portanto abarcando suas fissuras e oposições internas. No entanto, tais divergências apresentam-se como uma expressão superficial e ludibriante das principais contradições de uma sociedade capitalista que são os conflitos de classe. No cenário atual, o seu aspecto central encontra-se nas medidas governamentais para lidar com a crise econômica e de saúde pública ocasionada pela pandemia, que beneficiam principalmente a burguesia.

As contradições entre as posições liberais mais moderadas e as ultraliberais de contornos *neofascistas* acabam por fortalecer o próprio campo da direita liberal, subsumindo o discurso e as demandas dos trabalhadores e de suas organizações.

Por um lado, o presidente da república e os seus colaboradores investem na propagação do seu discurso ultraliberal e colonialista, utilizando, por exemplo, as novas tecnológicas que disparam através de robôs as *fake news*. Há a apropriação do sentimento de desconfiança das estruturas de poder estatal e societário (governos, mídias corporativas, instituições científicas e escolares oficiais) presente na sociedade em geral, que foi de resultado das críticas elaboradoras e disseminadas pela esquerda, e o seu posterior esvaziamento para ressignificação e associação aos conteúdos *neofascistas* pelo bolsonarismo. Um exemplo

disso é a oposição feita pelo presidente da república à rede TV globo a partir da mobilização da imagem de uma instituição capaz manipular informações.

O discurso do Bolsonaro se constrói a partir de uma narrativa anti-razão e anti-ciência, de conteúdo clerical e militarista. Além disso, é a expressão mais declarada da necropolítica, como referida por Achille Mbembe (2018), quando enaltece a política da morte, o uso ilegítimo da força, do extermínio e da inimizade. Suas Atitudes e discursos que visam contrariar as orientações de isolamento social da OMS fazem parte de uma política que se orienta por ditar quem pode viver e quem deve morrer, reforçando que o exercício do seu poder e da sua soberania passa pelo controle sobre a mortalidade e a eleição de um inimigo comum a ser severamente combatido e eliminado. Nesse caso, o inimigo comum se configura na imagem do socialista-comunista, do integrante do movimento social, do sindicalista, do professor, do pobre insubordinado, daquele que se opõe ou contesta.

Ao classificar a pandemia de *gripezinha* e demorar a sancionar as medidas econômicas, Bolsonaro demonstra não só o descaso quanto às consequências nefastas da pandemia, baseado numa lógica do genocídio e da limpeza social, encoberta pela falsa polêmica entre economia e saúde, e entre fome e isolamento social, mas também discursa para setores mais atingidos da burguesia e para os seus apoiadores mais militantes e barulhentos⁵, numa tentativa de recompor seu apoio político, num quadro de possível isolamento e frágil aliança política que sustenta seu governo.

Por outro lado, os demais setores do campo da direita têm investido num discurso técnico-científico e racional, aparentemente neutro e despolitizado, que aponta para a unificação e solidariedade entre todos (os desiguais), mas que também contribui para a eliminação das desigualdades e subtração dos conflitos. Sendo assim, o ministro da saúde Mandeta e o presidente da câmara dos deputados federais Rodrigo Maia expressões desse campo.

No entanto, as práticas do Presidente Bolsonaro fazem parecer, como já havia sido considerado por Eliane Brum através da categoria de *antipresidente*, que de fato existe uma cisão significativa em seu governo, como se toda a oposição se limitasse apenas as disputas

⁵ A base de apoio do atual presente é bem heterogênea e presente em diversos segmentos de classe. No entanto, vem se mostrando bem fragmentada e num arranjo frágil em cada um dos segmentos sociais. Podemos dizer que, essa base de apoio compreende uma parcela de profissionais liberais vinculados à pequena burguesia, empresários do setor de comércio e serviços (rede de varejistas e atacados), membros da classe trabalhadora mais precarizada vinculados aos setores *neopentecostais* e de católicos carismáticos, profissionais da segurança pública, militares e funcionários públicos com diferentes identidades de classes, média e alta burguesia vinculada aos setores do agronegócio, industrial, bélico, mineração e financeiro.

internas no campo liberal presentes nas instituições políticas (executivo, legislativo e judiciário).

A mídia corporativa contribui também para o processo de eliminação simbólica da classe trabalhadora como sujeito histórico, na medida em que coloca todos os holofotes nos conflitos internos e cotidianos do governo, silenciando os movimentos sociais e sindicais. O trabalhador quando aparece é para reforçar o pacto de solidariedade entre os desiguais e ter sua atitude como exemplo de patriotismo a ser seguido por todos. Essa dinâmica esteve presente em vários momentos, exemplo disso: os falsos conflitos que marcaram a reforma da previdência e trabalhista.

Essas falsas contradições sempre acabam dissipando as reais oposições entre as classes sociais e os seus interesses, que nesse momento, se apresentam com maior evidência e vão se acentuar com as medidas estatais que serão adotadas não apenas durante a pandemia, mas pós-crise. Num primeiro momento, a política econômica e social adotadas pelo Estado vêm colocando a classe trabalhadora em xeque-mate.

Essas e outras formas de eliminação e ataque à classe trabalhadora se agravam pela ausência de uma reação coletiva mais efetiva, através de sindicatos e centrais sindicais, ou mesmo de auto-organização dos trabalhadores. Algumas organizações se limitam a clamar por mais intervenção estatal que conjuguem os interesses patronais e os dos trabalhadores, como se fosse possível estabelecer num contexto de recessão econômica um equilíbrio entre forças, tentando reeditar pactos anteriores de *conciliação de classe*, como aqueles construídos pelo *Petismo*, aumentando, assim, a ilusão sobre o papel do Estado. Os sindicatos pelegos e *colaboracionistas*, como, por exemplo, o dos trabalhadores de bares e restaurantes e serviços, aceitam as propostas de rebaixamento dos direitos, apoiando as medidas de austeridade e minando as reações da classe trabalhadora.

Porém, poucos sindicatos, os mais representativos, manifestam alguma resistência. O exemplo que mais se destaca é o das associações dos trabalhadores da educação, que nos últimos anos assumiram, em conjunto com os movimentos estudantis, a dianteira do enfrentamento aos governos, e estão resistindo nesse momento à tentativa de redução dos salários; bem como a imposição do trabalho remoto através do incentivo à realização de aulas *on-line*, como uma saída ao fechamento das escolas e universidades. A substituição de aulas presenciais por remotas pode se configurar, caso implantada, numa armadilha para os trabalhadores da educação que passarão a sofrer com a otimização do quadro de docentes; além de abrir um mercado promissor aos conglomerados privados da educação que

abocanharão recursos públicos dessa área, submetendo os trabalhadores, antes com algum nível de proteção social, a situações cada vez mais precarizadas.

Qualquer possibilidade de reagir ao aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora nesse momento dependerá da auto-organização dos trabalhadores e da disposição de romperem com o modelo atual de sindicalismo e organização popular de base *eleitoreira*, *reformista* e *colaboracionista* que orientam boa parte das ações e lutas coletivas, e não se deixar orientar pelas fissuras e dissonâncias existentes na pequena política, desmascarando as diferentes posições e correlacionando-as aos seus interesses de classe. Ou mesmo, de uma ruptura com a crença nas eleições presidenciais como meio principal de mudar e reverter a ascensão do *ultraliberalismo neofascista*.

Por fim, as medidas de transferência de renda e de *desproteção* do emprego se mostrarão ineficazes a logo prazo aumentando as insatisfações populares e a potencialidade de revoltas, que terão de lidar com fortalecimento do aparato militar e da criminalização dos setores subalternos por parte do Estado e da Mídia corporativa, e também com tentativas de desorganização, controle e criminalização pelos burocratas dos movimentos sociais, sindicais e partidos políticos mais progressistas e vinculados a esquerda institucionalizada, cuja orientação será a manutenção do pacto de conciliação de classe e do oportunismo eleitoral. Isso poderá facilitar, num primeiro instante, a apropriação da revolta popular pelos setores militantes do bolsonarismo que vem fazendo uma oposição ao isolamento social, e que poderão tentar capitanear a insatisfação para os seus interesses políticos.

Conclusão

Neste contexto, a contradição que por ora aparece na ampliação dos recursos promovida pelo Estado, tanto para os setores da saúde pública e pesquisa científica, que foram atacadas, com a PEC 95 no governo Temer (PMDB), e com os cortes de verbas, no início de 2019, no governo Bolsonaro, quanto para a política de transferência de renda aos mais vulneráveis da classe trabalhadora (o precariado urbano) e os descartados do sistema (desempregados ou sem renda), não expressam a reconfiguração do Estado rumo à reedição do *Welfare State*, e sim o aprofundamento da exploração e submissão da classe trabalhadora. Assim sendo, o endividamento estatal e a ampliação que aparecem a princípio uma contradição posta ao modelo neoliberal e um xeque-mate ao capitalismo. Mas não o são. A dinâmica dos conflitos de classe se manifesta de forma mais complexa, tanto nas frações da burguesia quanto entre os trabalhadores atingidos, num cenário de pandemia, como foi apontado ao

longo do texto. Nessa correlação de força, a classe trabalhadora que “pagará os prejuízos causados pela pandemia”, se não houver a construção de novo modelo sindicalismo que, de fato defenda os interesses dos trabalhadores, não *burocratizado* e *pelego*, capaz de romper com a lógica eleitoreira, baseado na auto-organização, e disposto a organizar a luta política para emancipação da classe trabalhadora.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. O Poder. Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16. BRASIL.

BRUM. ELIANE. Cem dias sob o domínio dos perversos. Jornal El Pais. 2019. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780_837463.html

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION CDC. 2019. In. <https://www.cdc.gov/flu/pandemic-resources/pandemic-timeline-1930-and-beyond.htm>. acesso em 27 de mar. De 2020.

Davis, Mike. Influenza A (H1N1): O vírus da gripe suína não é ‘um ato anônimo da natureza’. Entrevista com Mike Davis, 2009. In. <https://www.ecodebate.com.br/2009/05/04/influenza-a-h1n1-o-virus-da-gripe-suina-nao-e-um-ato-anonimo-da-natureza-entrevista-com-mike-davis>. Acesso em 03 de abr. de 2020.

_____. Mike Davis em COVID-19: O monstro está finalmente na porta. 2020. In. <http://links.org.au/mike-davis-covid-19-monster-finally-at-the-door>. Acesso em 04 de abr.2020.

_____. DAVIS, Mike, et al: Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GRAIN. Novas pesquisas sugerem que a criação industrial de animais, e não os mercados úmidos, pode ser a origem do Covid-19. 2020. In. https://www.grain.org/pt/article/6439-novas-pesquisas-sugerem-que-a-criacao-industrial-de-animais-e-nao-os-mercados-umidos-pode-ser-a-origem-do-covid-19?fbclid=IwAR3oYDxqOPd1-_5wB0QDeuezTWpol2J6bri8r7l0M5IgO3FhVGHGYqn04dw. Acesso de 01 de abr. de 2020.

Gibbs AJ, Armstrong JS, Downie JC. From where did the 2009 'swine-origin' influenza A virus (H1N1) emerge?. *Virology*. 24 de novembro de 2009; 6: 207. In. IA <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19930669>. Acesso em 02 de abr. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE. 2019. In. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em 31 de mar. De 2020.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY AND MEDICINE. Coronavirus COVID-19 Global Cases by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). 2020. In. <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em março de 2020.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

_____. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. In: FROMM, Erich. Conceito Marxista do Homem. 8ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

_____. O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann. 5ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

Organização Mundial da Saúde. Preparación para una gripe pandémica Marco para el intercambio de virus gripales y el acceso a las vacunas y otros beneficios, publicado pela OMS, em 2011. In. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44867/9789243503080_spa.pdf;jsessionid=5A91D146CEC94DE6785483F436C2313D?sequence=1. Acesso em 28 de mar. De 2020.

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. SUS 30 anos: o início, a caminhada e o rumo. *Revista ciência e saúde coletiva*. No 23 (6) Jun 2018. In. <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/1729-1736/>. Acesso em 05 de abr. de 2020.

YUHONG DONG. Enigmas científicos cercam o novo coronavírus de Wuhan. *Revista Epochtimes*. 2020. In. <https://m.epochtimes.com.br/enigmas-cientificos-que-cercam-o-novo-coronavirus-de-wuhan/>. Acesso de 28 de mar. De 2020.